



Município de

Lebon Régis

Coração do Contestado



Relatório de Controle Interno Sobre a Prestação de Contas de Gestão.

Anexo VII – IN N.TC-0020/2015.

Exercício de 2019.

Considerando as determinações contidas na Instrução Normativa TC 20, de 31 de agosto de 2015 (IN TC-20/2015) e alterações, em especial ao estabelecido no art. 16 e no Anexo VII, apresentam-se os resultados dos exames realizados na Prestação Anual de Contas de Gestão (PCG) das Unidades Jurisdicionadas - UJ, referente ao exercício financeiro de 2019.

Responsável pela Gestão 2019: Douglas Fernando de Mello.

Responsável pelo Controle Interno: Daiane Seidel 01/08/2019 – 31/12/2019.

Este relatório refere-se às seguintes unidades gestoras:

Prefeitura Municipal de Lebon Régis;
Hospital e Maternidade Municipal de Lebon Régis;
Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis;
Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis;
Fundo da Infância e Adolescência de Lebon Régis;
Câmara Municipal de Lebon Régis; e
Fundo Municipal de Educação de Lebon Régis.

1. Funcionamento do controle interno

No Município de Lebon Régis, o Sistema de Controle Interno - SCI foi instituído, por meio da Lei Complementar – LC nº 041, de 18 de dezembro de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 1.171 de 05 de março de 2004.

O Município atualmente apresenta uma única unidade de Sistema de Controle Interno para todos os Poderes, sendo esse definido como Órgão Central de Controle Interno e ficando responsável pelo controle nos Poderes Executivo e Legislativo.

O Órgão Central de Controle Interno está subordinado ao Chefe do Poder Executivo, abaixo tabela com a atual estrutura e vagas efetivamente preenchidas.

Cargo	Norma Legal	Modalidade	Vagas	Vagas Preenchidas
Coordenador de Sistema de Controle Interno	Lei Complementar nº 041/2003	Comissão	1	0



Município de

Lebon Régis

Coração do Contestado



Controlador Interno	Lei Complementar n° 043/2006	Efetivo	1	1
---------------------	---------------------------------	---------	---	---

Durante o decorrer do ano de 2019, assumiram o órgão Central de Controle Interno 3 (três) servidores, tendo períodos em que a unidade ficou sem pessoa responsável.

Nome	Período	Normal Legal	Ato de Nomeação	Formação	Cargo
Diana Naiara Dalanhol	21/01/2019 a 28/02/2019	Cargo criado pela Lei n° 43 de 29 de maio de 2006.	082/2019	Administração	Controlador Interno
Daiane Maria Tessari	11/03/2019 a 09/07/2019	Cargo criado pela Lei n° 43 de 29 de maio de 2006.	213/2019	Contabilidade	Controlador Interno
Daiane Seidel	01/08/2019	Cargo criado pela Lei n° 43 de 29 de maio de 2006.	447/2019	Contabilidade	Controlador Interno

A grande rotatividade no decorrer do exercício faz com que se torne penosa e árdua a missão de dar continuidade aos procedimentos de controle e monitoramento adotados pelo setor. Nos últimos anos o setor é marcado pela alta rotatividade de controladores, incluindo comissionados sem vínculo efetivo, perdendo-se assim os conhecimentos adquiridos em capacitações, as rotinas estabelecidas e os registros adequados das realizações.

Desta forma, no mês de agosto do ano vigente se iniciou um novo trabalho do zero, o que incluiu aprender a utilizar as ferramentas e sistemas, conhecer a legislação, participar de capacitações, e empenhar esforços para se inteirar dos trabalhos iniciados anteriormente.

Em relação aos procedimentos de controle adotados possuem caráter detectivo, corretivo e preventivo, em que os trabalhos realizados almejam a correção das falhas nos processos e a melhoria no fluxo dos mesmos, sendo adotadas medidas correção.

Principais procedimentos de controle e monitoramento adotados:

- Acompanhamento da aplicação e limites de gastos com saúde, educação e pessoal;
- Acompanhamento dos limites determinados pela LC n° 101/2000 referente a gastos com pessoal;
- Acompanhamento e publicação de relatórios de Gestão Fiscal;
- Exame sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal;
- Exame e sobre a regularidade de prestação de contas nos regimes de adiantamento;
- Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge;
- Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares;



- Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;
- Apoio ao Controle Externo no exercício de sua missão institucional; e
- Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos;

Nos casos em que são detectadas inconformidades, a situação é comunicada ao gestor, objetivando a adoção de medidas corretivas que se fizerem necessárias.

Os instrumentos de comunicação adotados pela UCI são:

- Informação;
- Parecer;
- E-mails;
- Memorandos;
- Ofícios;
- Comunicação Verbal; e
- Comunicados Internos.

Por fim, objetivando aumentar a efetividade do controle e monitoramento, o Controle Interno irá proceder da elaboração de planos de ação, estabelecendo cronogramas, definições das medidas a serem adotadas, os responsáveis pela execução e o prazo para implementação das recomendações propostas.

2. Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Abaixo estão listadas as principais atividades desenvolvidas pelo setor no decorrer do ano:

- Cumprimento das obrigações bimestrais e semestrais (LRF);
- Acompanhamento dos relatórios de Gestão Fiscal;
- Acompanhamento de Audiências Públicas
- Análise e emissão de pareceres sobre admissão/nomeação;
- Melhorias no processo de juntada de documentos para formalização do processo de admissão/nomeação, conforme determina a N.TC-11/2011;
- Verificação e orientação sobre os procedimentos de concessão e prestação de contas de diárias;
- Análise e emissão de pareceres sobre prestações de contas de recursos antecipados à título de adiantamentos;
- Verificação das atualizações e publicações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- Inspeção de multas aplicadas a frota de veículos oficiais;
- Preparo de ofícios, pareceres, memorandos, planilhas, entrega de documentos, envio de e-mails, criação de modelos;
- Serviços referentes à demanda de solicitações do TCE/SC e Prestação de Contas Anual; e



- Reuniões com a administração.

3. Irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

No exercício de 2019, foram observados prejuízos e danos ao município com o pagamento de multas de trânsito aplicados aos veículos oficiais. Nesse âmbito o município tem o Decreto n° 071/2017 que dispõe sobre os procedimentos de responsabilização e pagamento das multas de trânsito e o controle sobre os autos de infração aplicados aos veículos oficiais ou a disposição dos órgãos da administração direta e indireta do município.

Diante do exposto e com o intuito de se fazer cumprir o Decreto Municipal, foram abertos processos administrativos para restituição das despesas desembolsadas pelo município nos anos de 2017, 2018 e 2019 em relação a esses autos.

3.1 Unidade Jurisdicionada - Fundo Municipal de Saúde

Conforme demonstra a tabela abaixo, o Fundo Municipal de Saúde teve um total de 32 (trinta e dois) processos administrativos abertos, desse total 10 (dez) tiveram seus responsáveis identificados, foram encerrados e encaminhados pra a administração tomar as devidas providências.

Ato Irregular	Valor	Medidas Adotadas	Responsável	Avaliação Atual	Situação
Auto de Infração 0000921061 do dia 21/06/2018	R\$ 104,13	Abertura de Processo Administrativo n° 05	Alcione Alves do Santos	Processo encerrado, encaminhado para que a Administração ratifique e tome as providências para ressarcimento do dano.	
Auto de Infração 54391930N do dia 27/07/2018 por Não Identificar o Infrator	R\$ 131,46	Abertura de Processo Administrativo n° 06	Não Identificado	Processo em andamento para apurar o Responsável	
Auto de Infração S008124847 do dia 10/04/2018	R\$ 133,45	Abertura de Processo Administrativo n° 07	Nilson Paulo Koelher	Processo aberto e infrator identificado, porém o mesmo se encontra de licença, aguardo retorno do servidor para dar andamento ao processo, conforme solicitação do FMS.	
Auto de Infração S005343088 do dia 30/10/2017	R\$ 104,13	Abertura de Processo	Claudio Felipus	Processo encerrado, encaminhado para que a Administração	



Município de

Lebon Régis

Coração do Contestado



		Administrativo n° 08		ratifique e tome as providências para ressarcimento do dano.
Auto de Infração 5005468938 do dia 07/11/2017	R\$ 104,13	Abertura de Processo Administrativo n° 09	Alcione Alves do Santos	Processo encerrado, encaminhado para que a Administração ratifique e tome as providências para ressarcimento do dano.
Auto de Infração 0000037459 do dia 28/01/2019	R\$ 199,21	Abertura de Processo Administrativo n° 10	Paulo Pepes Bez	Processo encerrado, encaminhado para que a Administração ratifique e tome as providências para ressarcimento do dano.
Auto de Infração 54448271N do dia 06/03/2019 por Não Identificar o Infrator	R\$ 198,30	Abertura de Processo Administrativo n° 11	Não Identificado	Processo em andamento para apurar o Responsável
Auto de Infração P01JN00114 do dia 19/06/2018	R\$ 1.549,22	Abertura de Processo Administrativo n° 12	Alcione Alves do Santos	Processo encerrado, encaminhado para que a Administração ratifique e tome as providências para ressarcimento do dano.
Auto de Infração 54391444N do dia 24/07/2018 por Não Identificar o Infrator	R\$ 1.542,03	Abertura de Processo Administrativo n° 13	Não Identificado	Processo em andamento para apurar o Responsável
Auto de Infração X001238068 do dia 05/07/2018	R\$ 104,13	Abertura de Processo Administrativo n° 14	Nilson Paulo Koelher	Processo aberto e infrator identificado, porém o mesmo se encontra de licença, aguardo retorno do servidor para dar andamento ao processo, conforme solicitação do FMS.
Auto de Infração 8779851492 do dia 05/01/2018	R\$ 201,28	Abertura de Processo Administrativo n° 15	Alcione Alves do Santos	Processo encerrado, encaminhado para que a Administração ratifique e tome as providências para ressarcimento do dano.



Município de

Lebon Régis

Coração do Contestado



Auto de Infração E053001324 do dia 14/08/2018	R\$ 104,13	Abertura de Processo Administrativo nº 16	Paulo Pepes Bez	Processo encerrado, encaminhado para que a Administração ratifique e tome as providências para ressarcimento do dano.
Auto de Infração 54406072N do dia 21/09/2018 por Não Identificar o Infrator	R\$ 135,44	Abertura de Processo Administrativo nº 17	Não Identificado	Processo em andamento para apurar o Responsável
Auto de Infração W005917165 do dia 01/03/2019	R\$ 131,46	Abertura de Processo Administrativo nº 18	Paulo Pepes Bez	Processo encerrado, encaminhado para que a Administração ratifique e tome as providências para ressarcimento do dano.
Auto de Infração NIC952259 do dia 14/08/2018 por Não Identificar o Infrator	Não Identific.	Abertura de Processo Administrativo nº 19	Não Identificado	Processo em andamento para apurar o Responsável e o valor do dano.
Auto de Infração P02OK000ML do dia 19/03/2019	R\$ 1.482,01	Abertura de Processo Administrativo nº 20	Claudio Felipus	Processo encerrado, encaminhado para que a Administração ratifique e tome as providências para ressarcimento do dano.
Auto de Infração 54460188N do dia 23/04/2018 por Não Identificar o Infrator	R\$ 1.482,01	Abertura de Processo Administrativo nº 21	Não Identificado	Processo em andamento para apurar o Responsável
Auto de Infração 0001399945 do dia 04/05/2018 por Não Identificar o Infrator	R\$ 131,46	Abertura de Processo Administrativo nº 22	Não Identificado	Processo em andamento para apurar o Responsável
Auto de Infração 54384933N do dia 02/07/2018 por Não Identificar o Infrator	R\$ 104,13	Abertura de Processo Administrativo nº 23	Não Identificado	Processo em andamento para apurar o Responsável
Auto de Infração 8779877916 do dia 19/03/2018	R\$ 199,21	Abertura de Processo	Não Identificado	Órgão não tem informações sobre que estava conduzindo o



Município de

Lebon Régis

Coração do Contestado



		Administrativo n° 24		veículo na data da infração. Processo com o Controle Interno para apurar sobre quem recaí a responsabilidade.
Auto de Infração 54370349N do dia 14/05/2018 por Não Identificar o Infrator	R\$ 198,10	Abertura de Processo Administrativo n° 25	Não Identificado	Processo em andamento para apurar o Responsável
Auto de Infração 54379418N do dia 12/06/2018 por Não Identificar o Infrator	R\$ 197,18	Abertura de Processo Administrativo n° 27	Não Identificado	Processo em andamento para apurar o Responsável
Auto de Infração 54351081N do dia 26/02/2018 por Não Identificar o Infrator	R\$ 200,27	Abertura de Processo Administrativo n° 28	Não Identificado	Processo em andamento para apurar o Responsável
Auto de Infração NIC0340964 do dia 14/11/2018 por Não Identificar o Infrator	R\$ 133,39	Abertura de Processo Administrativo n° 29	Não Identificado	Processo em andamento para apurar o Responsável
Auto de Infração S008922733 do dia 16/05/2018	R\$ 889,21	Abertura de Processo Administrativo n° 30	Nilson Paulo Koelher	Processo aberto e infrator identificado, porém o mesmo se encontra de licença, aguardo retorno do servidor para dar andamento ao processo, conforme solicitação do FMS.
Auto de Infração S009279654 do dia 08/06/2018	R\$ 134,77	Abertura de Processo Administrativo n° 31	Não Identificado	Órgão não tem informações sobre que estava conduzindo o veículo na data da infração. Processo com o Controle Interno para apurar sobre quem recaí a responsabilidade.



Município de

Lebon Régis

Coração do Contestado



Auto de Infração S011263268 de 18/10/2018	R\$ 134,06	Abertura de Processo Administrativo nº 32	Não Identificado	Processo em andamento para apurar o Responsável
Auto de Infração S013164335 do dia 14/01/2019	R\$ 198,08	Abertura de Processo Administrativo nº 33	Não Identificado	Órgão não tem informações sobre que estava conduzindo o veículo na data da infração. Processo com o Controle Interno para apurar sobre quem recaí a responsabilidade.
Auto de Infração T132934205 do dia 29/11/2017	R\$ 132,06	Abertura de Processo Administrativo nº 34	Não Identificado	Órgão não tem informações sobre que estava conduzindo o veículo na data da infração. Processo com o Controle Interno para apurar sobre quem recaí a responsabilidade.
Auto de Infração S007530754 do dia 15/03/2018	R\$ 135,44	Abertura de Processo Administrativo nº 35	Nilson Paulo Koelher	Processo aberto e infrator identificado, porém o mesmo se encontra de licença, aguardo retorno do servidor para dar andamento ao processo, conforme solicitação do FMS.
Auto de Infração S007675006 do dia 22/03/2018	R\$ 135,44	Abertura de Processo Administrativo nº 36	Nilson Paulo Koelher	Processo aberto e infrator identificado, porém o mesmo se encontra de licença, aguardo retorno do servidor para dar andamento ao processo, conforme solicitação do FMS.

3.2 Unidade Jurisdicionada - Fundo Municipal de Assistência Social

No Fundo de Assistência Social foi aberto um total de 4 (quatro) processos administrativos para apurar os prejuízos causados ao fundo pelas infrações de trânsito, todos se



encontram em aberto junto a Unidade de Controle Interno, que está apurando quem são os responsáveis.

Ato Irregular	Valor	Medidas Adotadas	Responsável	Avaliação Atual	Situação
Auto de Infração S009556456 do dia 17/06/2018	R\$ 197,18	Abertura de Processo Administrativo nº 01	Não Identificado	Processo em andamento para identificar o infrator	em para
Auto de Infração S009611817 do dia 17/06/2018	R\$ 131,46	Abertura de Processo Administrativo nº 02	Não Identificado	Processo em andamento para identificar o infrator	em para
Auto de Infração 0000106079 do dia 17/06/2018	R\$ 135,37	Abertura de Processo Administrativo nº 03	Não Identificado	Processo em andamento para identificar o infrator	em para
Auto de Infração 54390148N do dia 12/06/2018 por Não Identificar o Infrator	R\$ 134,73	Abertura de Processo Administrativo nº 04	Não Identificado	Processo em andamento para identificar o infrator	em para

3.2 Unidade Jurisdicionada - Município de Lebon Régis

A título de informação, foram também encontrados danos ao erário referente a frota de veículos do Município de Lebon Régis, os danos estão sendo apurados para que no ano de 2020 seja dado início a abertura dos processos.

4. Tomadas de contas especiais

Não foram instaurados processos de Tomadas de Contas Especiais no ano de 2019.

5. Avaliação das transferências de recursos.

Abaixo estão listadas as transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres, sendo discriminando entre outras as informações solicitadas na IN TC N. 20/2015:

- Volume de recursos transferidos;
- Situação da prestação de contas dos recebedores do recurso;
- Situação da análise da prestação de contas pelo concedente;

5.1 Unidade Jurisdicionada – Município de Lebon Régis



As duas parcerias realizadas pelo Município no ano de 2019, se encerraram dentro do próprio exercício, sendo que suas respectivas prestações de contas foram entregues e aprovadas.

OSC Parceira	APAE – Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lebon Régis
CNPJ	78.497.013/0001-05
Data da Celebração	18/03/2019
Período de Vigência	Até 31/12/2019
Forma de Escolha	Inexigibilidade de Chamamento Público
Formalização	Termo de Fomento
Valor Global em Reais	R\$ 17.400,00
Situação da Prestação de Contas da OSC	Regular e em dia.
Análise da Prestação de contas pelo concedente	Aprovada sem Ressalvas.

OSC Parceira	Associação Amigos da Casa Lar Leonardo Deboni
CNPJ	05.193.452/0001-50
Data da Celebração	25/01/2019
Período de Vigência	Até 31/12/2019
Forma de Escolha	Inexigibilidade de Chamamento Público
Formalização	Termo de Fomento
Valor Global em Reais	R\$ 240.000,00
Situação da Prestação de Contas da OSC	Regular e em dia.
Análise da Prestação de contas pelo concedente	Aprovada sem Ressalvas.

5.2 Unidade Jurisdicionada – Fundo da Infância e Adolescência

O Fundo Municipal da Infância e Adolescência transferiu recursos para duas organizações mediante termos de colaboração firmados após regular processo de chamamento público. Os referidos termos se encerram apenas no mês de março de 2020, portanto este relatório analisa apenas as prestações parciais entregues no ano de 2019, sendo que todas foram aprovadas e que a prestação de contas final será entregue conforme datas previstas no instrumento firmado.

OSC Parceira	Ação Social do Contestado
CNPJ	24.249.850/0001-96
Data da Celebração	07/03/2019
Período de Vigência	Até 06/03/2020
Forma de Escolha	Chamamento Público
Formalização	Termo de Colaboração
Valor Global em Reais	R\$ 26.720,00



Situação da Prestação de Contas da OSC	Prestações parciais entregues, falta entregar prestação de contas final que ainda está dentro do prazo.
Análise da Prestação de contas pelo concedente	As prestações de contas parciais entregues durante o ano foram analisadas e aprovadas, falta apenas a análise da prestação de contas Final.

OSC Parceira	Fundação Weiss Scarpa
Data da Celebração	07/03/2019
Período de Vigência	Até 06/03/2020
Forma de Escolha	Chamamento Público
Formalização	Termo de Colaboração
Valor Global em Reais	R\$ 184.384,53
Situação da Prestação de Contas da OSC	Entregue
Análise da Prestação de contas pelo concedente	As prestações de contas parciais entregues durante o ano foram analisadas e aprovadas, falta apenas a análise da prestação de contas Final

6. Avaliação dos processos licitatórios realizados.

Não há registros de avaliações sobre os processos licitatórios no ano de 2019, porém todos os processos, exceto as dispensas previstas nos Incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/93, passam pelo crivo do setor jurídico da prefeitura que emite parecer pela possibilidade ou não do trâmite.

7. Avaliação do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado no Exercício.

Processo @PCP 19/00503309 – Parecer 117/2019	
Situação: Atendida	
Recomendações	Justificativa
1.2.3. Adote providências para completa adequação do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno às exigências da Instrução Normativa n. TC-020/2015, cujo descumprimento pode ensejar a emissão de parecer pela rejeição das contas;	Solicitado ao setor de Controle Interno para que atendesse a recomendação.
Situação: Atendida Parcialmente	
Recomendações	Justificativa
1.2.4. Adote providências para que não se repitam impropriedades na contabilização de receitas e despesas como nos casos apontados no Relatório DMU;	Solicitado ao setor de Contabilidade para que atendesse a recomendação. Algumas solicitações ainda não foram cumpridas em virtude de falhas no sistema.
Situação: Não Atendida	



Recomendações	Justificativa
1.2.1. Atente para a observância do prazo estabelecido nos arts. 51 da Lei Complementar n. 202/2000 e 7º da Instrução Normativa n. TC-20/2015 para a remessa da Prestação de Contas do Prefeito ao Tribunal de Contas;	Todos os esforços foram empenhados e a recomendação foi acatada, porém devido a divergências e problemas no sistema não foi possível cumprir o prazo, mas a administração está ciente da importância e continuará seus esforços para que os prazos sejam cumpridos.
1.2.2. Adote providências para cumprimento definitivo dos requisitos mínimos exigidos nos arts. 48-A, II, da Lei Complementar n. 101/2000 e 4º e 7º, II, do Decreto (federal) n. 7.185/2010, relativos à transparência da gestão fiscal, especialmente para disponibilizar nos meios eletrônicos de acesso público os montantes dos lançamentos anuais dos tributos de competência do Município, caso contrário poderá inviabilizar o recebimento de transferências voluntárias de outros entes federados;	Solicitado ao setor de Tributos e Contabilidade que atendesse a recomendação, a mesma não foi atendida por problemas no sistema.
1.2.5. Adote providências para a remessa dos Planos de Ação e de Aplicação, bem como da avaliação de cumprimento dos referidos planos, no tocante ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (item 6.3 do Relatório DMU).	O referido plano no que tange o exercício de 2019 será encaminhado o mais breve possível, de modo que já foi cobrado do CMDCA. Estipulamos que os próximos planos sejam apresentados até o mês de dezembro que antecede o ano do plano.

no exercício no que tange às providências adotadas em cada caso e eventuais justificativas do gestor para o não cumprimento;

8. Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado Débito aos Gestores.

Não foram encontrados registros por parte do Controle Interno das decisões emitidas pelo Tribunal de Contas que imputaram Débito aos Gestores, porém em análise aos demonstrativos contábeis e entrando em contato com o setor jurídico foi apurado que eles existem. As informações abaixo foram repassadas pelo setor jurídico

PROCESSO Nº PCA – 05/00569649

Responsáveis	Título Executivo	Número processo	Situação
Luiz Francisco Tibes Moreira	6.353/2014	0300122- 02.2015.8.24.0088	Parcelamento



Município de

Lebon Régis

Coração do Contestado



Adelmir Belli Simão	6.349/2014	0300084- 87.2015.8.24.0088	Quitado em 2019
Dorval Zanotto Filho	6.357/2014	0300120- 32.2015.8.24.0088	Sem Informações
Wolney França	6.356/2014	0300089- 12.2014.8.24.0088	Valor Total em Aberto
José Idebar Bueno da Silva	6.352/2014	0300121- 17.2015.8.24.0088	Parcelamento
Olivir Risso	6.347/2014	0300124- 69.2015.8.24.0088	Quitado em 2019
Aleir José dos Santos	6.348/2014	0300086- 57.2015.8.24.0088	Parcelamento
Matias Luiz Behrens	6.354/2014	0300088- 27.2015.8.24.0088	Valor Total em Aberto
Dorval Zanotto Filho	6.357/2014	0300120- 32.2015.8.24.0088	Sem Informações

PROCESSO Nº PCA – 06/00098028

Responsáveis	Título Executivo	Número processo	Situação
Júlio Cezar Gomes	6.006/2014	0300279- 09.2014.8.24.0088	Quitado em 2019
Eli Sonda	6.005/2014	0300254- 93.2014.8.24.0088	Quitado em 2019
Baldomar Schragle	6.004/2014	0300278- 24.2014.8.24.0088	Valor Total em Aberto
Aloir Granemann de Lima	6.003/2014	0300253- 11.2014.8.24.0088	Valor Total em Aberto
Aleir José dos Santos	6.002/2014	0300252- 26.2014.8.24.0088	Parcelamento
Ademar Luiz Paveski	6.001/2014	0300251- 41.2014.8.24.0088	Valor Total em Aberto



Município de

Lebon Régis

Coração do Contestado



Rivonei Castelito de Moraes	6.008/2014	0300281-76.2014.8.24.0088	Parcelamento
-----------------------------	------------	---------------------------	--------------

PROCESSO Nº PCA – 06/00497585

Responsáveis	Título Executivo	Número processo	Situação
Carlos Ivan Zanotto	6.312/2014	0300119-47.2015.8.24.0088	Sem Informações

PROCESSO Nº PCA – 07/00373101

Responsáveis	Título Executivo	Número processo	Situação
Aloir Granemann de Lima	7.109/2015	0300019-58.2016.8.24.0088	Valor Total em Aberto
Aleir José dos Santos	7.108/2015	0300018-73.2016.8.24.0088	Sem Informações
Ademar Luiz Paveski	7.107/2015	0300017-88.2016.8.24.0088	Sem Informações
Rivonei Castelito de Moraes	7.115/2015	0300022-13.2016.8.24.0088	Sem Informações
Antonio Gilberto da Costa	7.110/2015	0300064-62.2016.8.24.0088	Sem Informações
Pedro Adelmir do Prado	7.114/2015	0300067-17.2016.8.24.0088	Sem Informações
Júlio Cezar Gomes	7.113/2015	0300065-47.2016.8.24.0088	Quitado em 2019
Eli Sonda	7.112/2015	0300021-28.2016.8.24.0088	Sem Informações
Baldomar Schragle	7.111/2015	0300020-43.2016.8.24.0088	Sem Informações

PROCESSO Nº PCA - 08/0010166



Município de

Lebon Régis

Coração do Contestado



Responsáveis	Título Executivo	Número processo	Situação
Pedro Adelmir do Prado	7.616/2016	0300205-47.2017.8.24.0088	Valor Total em Aberto
Aleir José dos Santos	7.617/2016	0300115.39-2017.8.24.0088	Parcelamento
Antônio Gilberto da Costa	7.625/2016	0300117-09.2017.8.24.0088	Valor Total em Aberto
Eli Sonda	7.623/2016	0300119-76.2017.8.24.0088	Quitado em 2019
Júlio Cezar Gomes	7.622/2016	0300122-31.2017.8.24.0088	Quitado em 2019
Ademar Luiz Pavelski	7.620/2016	0300114-54.2017.8.24.0088	Valor Total em Aberto
Baldomar Schregele	7.619/2016	0300118-91.2017.8.24.0088	Valor Total em Aberto
Aloir Granemann de Lima	7.621/2016	0300116-24.2017.8.24.0088	Valor Total em Aberto
Rivonei Castelito de Moraes	7.624/2016	0300124-98.2017.8.24.0088	Parcelamento
Evanir Terezinha Spautz	7.627/2016	0300120-61.2017.8.24.0088	Valor Total em Aberto

PROCESSO Nº TCE-09/00489464

Responsável	Título Executivo	Número processo	Situação
Pedro Adelmir do Prado	7.879/2017	0300308-54.2017.8.24.0088	Sem Informações

PROCESSO Nº TCE-13/00474227

Responsável	Título Executivo	Número processo	Situação
Pedro Adelmir do Prado	7.809/2017	0300247-96.2017.8.24.0088	Valor Total em Aberto



9. Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

O município não tem Regime Próprio de Previdência e conseqüentemente não houve renegociação da dívida.

10. Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge;

Encontramos problemas operacionais em relação à geração do e-Sfinge e o sistema utilizado fornecido pela empresa Pública Tecnologia Ltda., que contempla módulos como folha de pagamento, contabilidade, compras, tributos, licitações, etc.

Apesar do trabalho constante solicitando ajustes, ainda encontramos inconsistências/dificuldades durante a operacionalização do sistema, o que exige a abertura de chamados e ajustes manuais, especialmente no módulo contabilidade e folha de pagamento. Desta forma, entendemos oportuno registrar a situação também nessa ferramenta de controle e gestão.

As informações chegam ao Tribunal de Contas de forma correta devido ao empenho dos setores envolvidos, que constantemente estão revisando os dados gerados.

11. Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 desta Instrução Normativa.

Mais uma vez convém reiterar a grande dificuldade de se dar continuidade a um trabalho onde se tem grande rotatividade de pessoal, ainda assim no decorrer do ano foram emitidos pelo Controle Interno:

- 114 pareceres referente a Atos de Pessoal;
- 163 pareceres sobre adiantamentos, subvenções e convênios;
- 1 Circular com instruções e orientações de preenchimento do relatório de viagem para a prestação de contas da concessão de diárias;
- 36 processos administrativos abertos para apurar responsáveis por multas de trânsito que causaram prejuízos aos cofres do município, sendo que 10 já se encontram finalizados e com os responsáveis identificados;
- Há registros, conforme papeis de trabalho de uma auditoria em diárias realizada pela Controladora Daiane Tessari, porém o processo não foi concluído;
- Foi realizado levantamentos e conciliações na conta contábil de adiantamentos, onde se percebeu um grande número de adiantamentos com a prestação de contas em situação regular, mas faltando dar baixa no lançamento contábil;

Além das tarefas acima elencadas, sempre são repassadas para a administração através de conversas e reuniões informais orientações acerca da correta utilização dos recursos públicos, prestações de contas, contratações, entre outros.

Conforme já informado acima o setor de Controle Interno é composto por somente 1 servidora, a qual recebe demanda de todas as áreas e unidades jurisdicionadas,



Município de

Lebon Régis

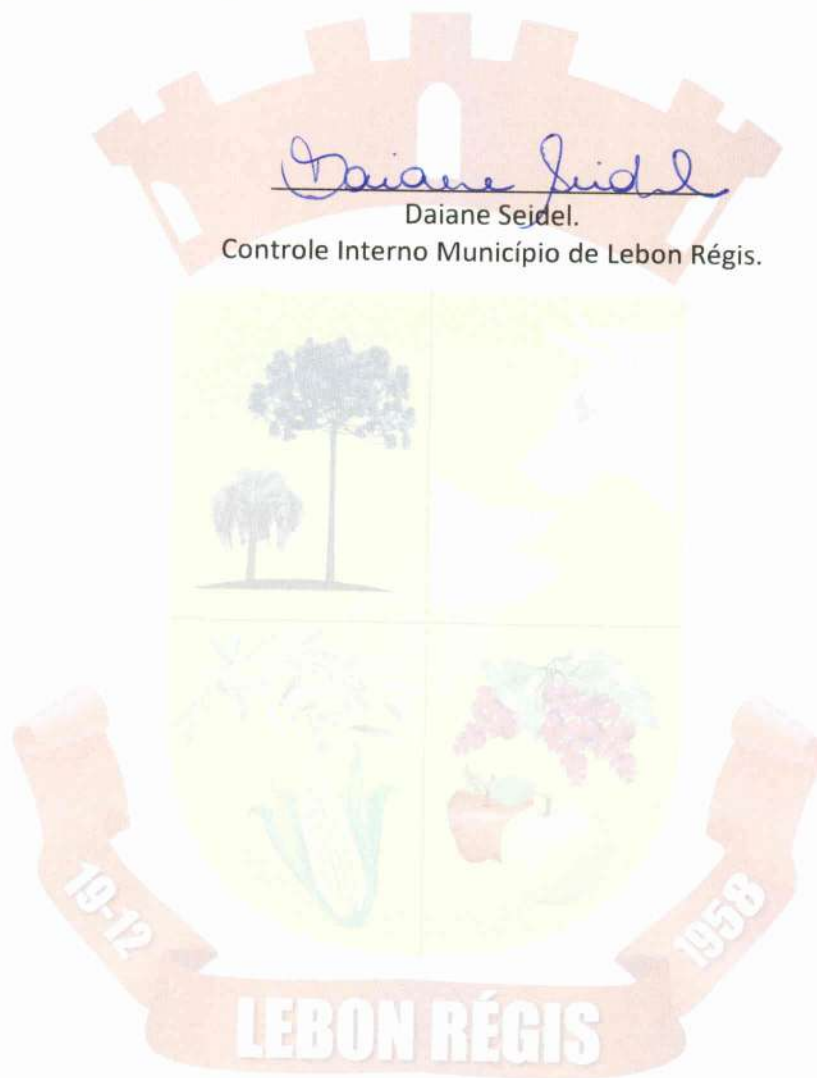
Coração do Contestado



fazendo com que o serviço muitas vezes se resuma em esclarecimentos de dúvidas e emissão de pareceres que são obrigatórios, não havendo tempo para a realização de auditorias.

Este é o relatório.

Lebon Régis, 29 de junho de 2020.



Daiane Seidel

Daiane Seidel.

Controle Interno Município de Lebon Régis.

